



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CSDPES Nº. 047, de 26 de JANEIRO de 2018.

Dispõe sobre critérios para concessão ou denegação de assistência jurídica gratuita.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de seu poder normativo, estabelecido pelo art. 11, III, da Lei Complementar Estadual nº. 55, de 23 de dezembro de 2004, com as devidas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º. Regulamentar os critérios para concessão ou denegação de assistência jurídica gratuita pelo Defensor Público para aqueles que buscarem os serviços da instituição, na forma dos anexos (Anexos disponível no sítio eletrônico <http://www.defensoria.es.def.br>, aba Conselho Superior, item Resoluções).

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitória/ES, 26 de janeiro de 2018.

SANDRA MARA VIANNA FRAGA

Defensora Pública-Geral

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública

Este texto não substitui o publicado no DIO de 14.03.2018



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

ANEXO I

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente resolução regulamenta os critérios para concessão ou denegação de assistência jurídica gratuita pelo Defensor Público para aqueles que buscarem os serviços da instituição.

Art. 2º. A denegação de atendimento pela Defensoria Pública, no que se refere a interesses individuais observará o procedimento estabelecido na presente resolução e se dará nas seguintes hipóteses:

I – Quando inexistir hipótese de atuação institucional por:

a) não caracterização da hipossuficiência ou;

b) ausência de atribuição da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo;

II – manifesto descabimento da medida pretendida ou inconveniência aos interesses da parte.

Parágrafo único. Cumpre ao Defensor Público se pautar pela concretização do direito de informação conferido a todas as pessoas que buscam o atendimento na Defensoria Pública, ainda que se trate de hipótese de denegação de atendimento.

Art. 3º. Os critérios estabelecidos nesta resolução não excluem a possibilidade de aferição da hipossuficiência no caso concreto para deferir ou indeferir a assistência jurídica gratuita.

Parágrafo único. Caso seja solicitado pelo interessado, as razões do indeferimento do pedido deverão ser formalizadas por escrito e entregues ao próprio requerente para os fins do art. 15 desta resolução, sem prejuízo do disposto no §6º do art. 1º-C, da Lei Complementar Estadual nº. 55, de 23 de dezembro de 1994, com as modificações da Lei Complementar Estadual nº. 574. de 20 de dezembro de 2010.

TÍTULO II

**DA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ÀS PESSOAS EM ESTADO DE
VULNERABILIDADE**

Art. 4º. O Defensor Público deve verificar, em cada situação, se há elementos que permitam concluir não ter acesso o potencial assistido, mesmo que transitoriamente, aos recursos financeiros próprios ou da família, hipótese em que deverá ser prestado o atendimento, notadamente nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, pessoas idosas ou com deficiência e transtorno global de desenvolvimento e outras categorias de pessoas socialmente vulneráveis.

Parágrafo único. Mesmo nas hipóteses de denegação, deve ser prestada ao usuário a orientação mínima sobre seus direitos, procedendo-se, se for o caso, ao encaminhamento aos órgãos públicos competentes.

TÍTULO III

DA CURADORIA ESPECIAL E DA DEFESA CRIMINAL

Art. 5º. O exercício da curadoria especial e da defesa criminal não depende de considerações sobre a necessidade econômica do seu beneficiário, mas o Defensor Público deve requerer ao juízo que arbitre honorários, em favor do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública (FADEPES), sempre que verificar no caso concreto, que o assistido dispõe de recursos para pagá-los.



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

Parágrafo único. A função institucional de curadoria especial possui natureza exclusivamente processual, decorre dos casos expressamente previstos em lei e não abrange as modalidades de tutela e curatela previstas no ordenamento civil material.

TÍTULO IV

**DA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ÀS ENTIDADES CIVIS E PESSOAS
JURÍDICAS**

Art. 6º. Considera-se necessitada a entidade civil ou pessoa jurídica que não disponha de recursos financeiros para a contratação de advogados que a represente judicialmente.

TÍTULO V

DA NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Art. 7º. O Defensor Público deverá exigir de quem pleitear assistência jurídica, sob pena de indeferimento, o preenchimento e assinatura da declaração de hipossuficiência, com a afirmação de não dispor de condições financeiras para arcar com as despesas inerentes à assistência jurídica gratuita, conforme modelo institucional.

§1º. Em se tratando de pessoa natural, o Defensor Público poderá solicitar a apresentação de carteira de trabalho, comprovante de rendimentos ou declaração do empregador ou do tomador de serviços, bem como outros documentos para melhor análise de hipossuficiência.

§2º. Em se tratando de entidade civil, a renda mensal e o patrimônio poderão ser demonstrados pelo balanço patrimonial e pela demonstração de resultado, bem como outros documentos para melhor análise de hipossuficiência.

§3º. A declaração de hipossuficiência poderá ser firmada posteriormente nas situações de urgência.

TÍTULO VI

DA NOVA AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO DE NECESSITADO

Art. 8º. O Defensor Público poderá proceder à nova avaliação da situação econômico financeira quando:

I - a qualquer momento, houver fundada suspeita de alteração significativa da situação declarada:

II - existência de indícios de ocultação ou omissão de dados relevantes para a avaliação da situação declarada.

§1º. O não comparecimento do interessado convocado para realização de nova avaliação da situação econômico-financeira poderá ensejar a cessação da atuação.

§2º. A convocação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita, preferencialmente, por telefone e outros meios eletrônicos, e, apenas caso não atendido, mediante carta com aviso de recebimento (AR), salvo na hipótese de impossibilidade justificada pelo Defensor Público.

TÍTULO VII

DA CESSAÇÃO DA NECESSIDADE E COMUNICAÇÕES DE ESTILO



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

Art. 9º. Constatada a cessação da necessidade, o Defensor Público deverá comunicar ao interessado para que constitua advogado, bem como comunicar sua decisão ao juízo, continuando a assistir o interessado pelo prazo de 10 (dez) dias.

§1º. Não será necessária a comunicação acima quando o assistido já houver constituído advogado nos autos com procuração.

§2º. Comprovada a inexistência de hipossuficiência, o Defensor deverá analisar possibilidade de requerer condenação de honorários proporcionais a serem recolhidos em benefício do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (FADEPES).

TÍTULO VIII

**DOS CASOS DE INDEFERIMENTO E RECUSA DA PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA
AO ASSISTIDO**

Art. 10. A recusa de assistência jurídica ao assistido deverá lhe ser comunicada por escrito, conforme modelo do Anexo II.

§1º. No ato do indeferimento, o Defensor Público deverá disponibilizar cópia do Termo de Denegação de Atendimento ao interessado, conforme modelo estabelecido no Anexo II, e orientá-lo sobre o direito de reanálise pela Defensoria Pública-Geral.

§2º. O interessado poderá, a qualquer tempo, reiterar seu pedido demonstrando fatos novos em sua situação econômico-financeira.

TÍTULO IX

**DA DENEGAÇÃO POR AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Artigo 11. Entendendo o Defensor Público inexistir atribuição da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo deverá proceder na forma do capítulo subsequente da presente, bem como encaminhar o interessado ao órgão competente ou com atribuição legal.

Parágrafo único. O encaminhamento não exclui a necessidade de registro da demanda nos bancos de dados da Defensoria, bem como a formalização de ofício para o órgão competente.

TÍTULO X

**DA DENEGAÇÃO POR MANIFESTO DESCABIMENTO DA MEDIDA OU INCONVENIÊNCIA
AOS INTERESSES DA PARTE**

Art. 12. É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública deixar de patrocinar ação, quando manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses do assistido, comunicando ao Defensor Público-Geral as razões de sua recusa e certificando o assistido.

§ 1º. O Defensor Público-Geral poderá, quando necessário, solicitar esclarecimentos ao interessado que teve seu atendimento denegado, para fins de reanálise.

§ 2º. Se discordar fundamentadamente das razões apresentadas, o Defensor Público-Geral poderá propor a ação ou designar outro Defensor Público que o faça.



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

§ 3º. Preferencialmente, a designação respeitará a ordem de substituição prevista na Resolução CSDPES nº. 001/2013.

§4º. Considera-se inconveniente aos interesses do assistido o patrocínio de ação por Defensor Público contra o qual praticou conduta ofensiva.

**TÍTULO XI
DA REANÁLISE**

Art. 13. Nas hipóteses de recusa da assistência jurídica gratuita, o interessado que discordar da decisão poderá solicitar a reanálise por escrito ao Defensor Público-Geral, instruindo-o com os fundamentos e documentos que entender pertinentes.

§1º. O Defensor Público responsável pela denegação comunicará ao assistido sobre a possibilidade de reanálise pela Defensoria Pública-Geral.

§ 2º. O pedido de reanálise deverá ser registrado no Termo de Atendimento e encaminhado ao Defensor Público-Geral, com cópia dos documentos apresentados pelo assistido.

§3º. O termo de atendimento deverá ser lido, preferencialmente na presença de uma testemunha, ao interessado com grau de cognição reduzido, especialmente o analfabeto.

Art. 14. O pedido de reanálise deverá ser apreciado no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo Defensor Público-Geral.

Art. 15. Sobrevindo decisão que reconheça o direito do interessado ser atendido, o Defensor Público-Geral poderá praticar o ato ou designar Defensor Público para atuar no caso.

§ 1º. Na hipótese de denegação em razão da situação econômico-financeira do assistido, a designação poderá recair sobre o próprio Defensor Público que procedeu à denegação.

§2º. Nas hipóteses de denegação por manifesto descabimento da medida ou inconveniência aos interesses da parte, a designação não poderá recair sobre o próprio Defensor Público que procedeu à denegação.

§3º. Preferencialmente, a designação respeitará a ordem de substituição prevista na Resolução CSDPES nº. 001/2013.

Art. 16. A decisão de reanálise será comunicada ao Defensor Público e disponibilizada ao assistido interessado.

**TÍTULO XII
DA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO NOS AUTOS**

Art. 17. Na hipótese em que o assistido da Defensoria Pública contratar advogado após o deferimento da assistência jurídica gratuita, deverá o Defensor Público observar a regularidade da constituição de advogado nos autos e analisar a possibilidade de requerer condenação de honorários proporcionais a serem recolhidos em benefício do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (FADEPES).

Parágrafo único. Sobrevindo situação de necessidade econômica da parte com advogado constituído nos autos, poderá o Defensor Público assumir a assistência através da juntada da declaração de hipossuficiência e do pedido da parte para destituição do patrono.



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

TÍTULO XIII

DA ATUAÇÃO DO DEFENSOR PÚBLICO NA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Art. 18. Poderá não ser exigida a aferição dos critérios de necessidade econômica, inclusive para atuação da Defensoria Pública como *custus vulnerabilis*, nos casos de interesses individuais ou coletivos da criança e do adolescente, da mulher vítima de violência doméstica e familiar, do idoso ou pessoa com deficiência, do consumidor em especial situação de vulnerabilidade, de outro grupo social ou pessoa vulnerável que mereça proteção especial do Estado, nos termos do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar Federal nº. 80/1994.

§1º. Consideram-se também em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, orientação sexual, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar, com plenitude, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

§2º. A Defensoria Pública também poderá atuar como *Amicus Communitas*, intervindo sempre que parcela vulnerável da sociedade sofrer ou estiver em risco de sofrer restrição a seus direitos, bem como visando garantir a transformação social daqueles em estado de necessidade.

TÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitória/ES, 26 de janeiro de 2018.

SANDRA MARA VIANNA FRAGA

Defensora Pública-Geral

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

ANEXO II

TERMO DE DENEGAÇÃO DE ATENDIMENTO

1. Dados gerais:

Nome do Defensor Público _____

Defensoria _____

Nome do Assistido _____

Data: _____ / _____ / _____

2. Atribuição relacionada à demanda solicitada:

Cível; Família; Fazenda Pública; Órfãos e Sucessões; Infância e Juventude ;

Tribunal do Júri; Criminal; Execução Penal; Outros: _____

3. Breve descrição da medida pretendida _____

4. Razões de denegação do atendimento:

Não caracterização da hipossuficiência;

Medida manifestamente incabível;

Medida inconveniente aos interesses da parte.

5. Exposição sucinta e clara dos motivos de negativa de patrocínio

6. Deseja solicitar pedido de reanálise:

Sim; Não;

7. Exposição sucinta das razões do pedido de reanálise

(Nome e Assinatura do Defensor Público)